



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2020**

Aos 14 do mês de outubro do ano de 2020, nas dependências do **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, CNPJ n. 09.444.530/0001-01, com sede na Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N. - Cambéba CEP: 60822-325, em Fortaleza-CE, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador Washington Luis Bezerra de Araújo, e por seu Secretário de Administração e Infraestrutura, Moisés Antônio Fernandes Monte Costa, no uso de suas atribuições, doravante designado simplesmente TJCE, em face do Pregão Eletrônico n. 21/2020, RESOLVE Registrar o Preço da empresa: **GLOBAL SERVIÇOS E NEGÓCIOS EMPRESARIAIS EIRELI**, CNPJ 19.293.025/0001-59, com sede na Rua Anahid Andrade, nº 732, Bairro Centro, em Sobral/CE, neste ato representada por sua Representante Legal, Conceição Adriana Liberato Alves, doravante denominado Fornecedor, sujeitando-se as partes às determinações da Lei n. 8.666/1993 e suas alterações, da Lei n. 10.520/2002 e das Resoluções do TJCE n. 4, de 6.3.2008, n. 8, de 8.7.2009 e n. 2, de 6.3.2015, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata. Processo Administrativo nº 8508982-64.2020.8.06.0000.

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o **registro de preços de material de uso e consumo, visando à eventual aquisição de INSUMOS E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO CONTRA A DISSEMINAÇÃO DA COVID-19, a fim de atender aos procedimentos mínimos para evitar contaminação dos magistrados, servidores e colaboradores do Poder Judiciário do Estado do Ceará**, conforme especificações e quantitativos contidos no **ANEXO 1** do Edital de Pregão Eletrônico n. 21/2020.

1.2. Integram a presente Ata, independente de transcrição e no que não a contrarie, o Edital do Pregão Eletrônico n. 21/2020 e seus anexos, bem como a proposta do Fornecedor, devendo ser observadas para o fiel cumprimento das obrigações assumidas.

**2. DO FORNECEDOR**

2.1. O preço, a quantidade, o Fornecedor e a especificação do material registrado nesta Ata, encontram-se indicado na tabela abaixo:

**Fornecedor: GLOBAL SERVIÇOS E NEGÓCIOS EMPRESARIAIS EIRELI**

**CNPJ: 19.293.025/0001-59**

**Endereço: Rua Anahid Andrade, nº 732, Bairro Centro, em Sobral/CE**

**Classificação Quantidade Produto Preço Unitário (R\$)**

**LOTE 1 – COTA PRINCIPAL**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	MARCAS	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	GEL ANTISSEPTICO (ÁLCOOL GEL 70%) FRASCO DE 500 ML. DEVERÁ ESTÁ DE ACORDO COM A REGULAMENTAÇÃO DA ANVISA, INMETRO E NORMAS TÉCNICAS DA ABNT. FRETE INCLUSO, POSTO EM FORTALEZA/CE.FRASCO C/500 ML.	FRASCO	MADREVIT A	15.525	9,68	150.282,00
2	MÁSCARA N95 / PFF-2 (OU EQUIVALENTE), DESCARTÁVEL. FRETE INCLUSO, POSTO EM FORTALEZA/CE.	UND	DELTAPLUS	150	12,02	1.803,00
3	MÁSCARA CIRÚRGICA COM ELÁSTICO PROTEÇÃO TRIPLA COM FILTRO QUE PROPORCIONA UMA BFE (EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO BACTERIANA) MAIOR QUE 95%; EMBALAGEM COM 50 UNIDADES; TIRAS SUPER RESISTENTES DE 40 CM DE COMPRIMENTO; CLIPS NASAL DE 14 CM DE COMPRIMENTO; COR BRANCA; SOLDA POR ULTRASSOM; IDENTIFICAÇÃO DO NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE, REGISTRO DA ANVISA E RESPONSÁVEL TECNICO, FRETE INCLUSO, POSTO EM	CAIXA	AM – AMERICAN MEDICAL SA	225	140,13	31.529,25



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	MARCAS	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
	FORTALEZA/CE.					
4	MÁSCARA DE PROTEÇÃO FACIAL CONSTITUÍDA POR DUAS CAMADAS DE TECIDO TRICOLINE 100% ALGODÃO 180 FIOS OU TECIDO QUADSTRESH 100% POLIÉSTER COM STRETCH MECÂNICO COM 190G POR METRO LINEAR, EM FORMATO RETANGULAR COM MEDIDAS FINAIS: 19CM DE LARGURA X 14CM DE ALTURA COM POSSIBILIDADE DE VARIAÇÃO EM ATÉ 5% PARA MAIS OU MENOS, COM PREGAS HORIZONTAIS FECHADAS E 2 (DUAS) TIRAS DE ELÁSTICOS PLANOS DE 5MM A 7MM DE ESPESSURA E 18CM DE COMPRIMENTO FIXAS NAS LATERAIS EM MATERIAL LEVE, MALEÁVEL E CONFORTÁVEL. FRETE INCLUSO, POSTO EM FORTALEZA/CE.	UND	GLOBAL PACK	10.163	3,22	32.724,86
5	LUVA LÁTEX NATURAL EXTRA - PEQUENA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRURGICO (NÃO ESTERIL); DESCARTÁVEL; LEVEMENTE TALCADA COM PÓ ABSORVIVEL (AMIDO DE MILHO); MODELAGEM AMBIDESTRA; BAINHA ULTRA RESISTENTE; HIPOALÉRGICA; CAIXA COM 100 LUVAS (50 PARES); EMBALAGEM DEVE POSSUIR UM SISTEMA DE ABERTURA QUE EVITE A EXPOSIÇÃO DAS LUVAS DEPOIS DE ABERTA, IDENTIFICAÇÃO DO NUMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE, REGISTRO DA ANVISA E RESPONSÁVEL TECNICO, FRETE INCLUSO, POSTO EM FORTALEZA/CE.	CAIXA	DESCAR PACK	38	40,47	1.537,86
6	LUVA LÁTEX NATURAL PEQUENA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRURGICO (NÃO ESTERIL); DESCARTÁVEL; LEVEMENTE TALCADA COM PÓ ABSORVIVEL (AMIDO DE MILHO); MODELAGEM AMBIDESTRA; BAINHA ULTRA RESISTENTE; HIPOALÉRGICA; CAIXA COM 100 LUVAS (50 PARES); EMBALAGEM DEVE POSSUIR UM SISTEMA DE ABERTURA QUE EVITE A EXPOSIÇÃO DAS LUVAS DEPOIS DE ABERTA, IDENTIFICAÇÃO DO NUMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE, REGISTRO DA ANVISA E RESPONSÁVEL TECNICO, FRETE INCLUSO, POSTO EM FORTALEZA/CE.	CAIXA	UNIGLOVES	409	40,52	16.572,68
7	LUVA LÁTEX NATURAL MÉDIA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRURGICO (NÃO ESTERIL); DESCARTÁVEL; LEVEMENTE TALCADA COM PÓ ABSORVIVEL (AMIDO DE MILHO); MODELAGEM AMBIDESTRA; BAINHA ULTRA RESISTENTE; HIPOALÉRGICA; CAIXA COM 100 LUVAS (50 PARES); EMBALAGEM DEVE POSSUIR UM SISTEMA DE ABERTURA QUE EVITE A EXPOSIÇÃO DAS LUVAS DEPOIS DE ABERTA, IDENTIFICAÇÃO DO NUMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE, REGISTRO DA ANVISA E RESPONSÁVEL TECNICO, FRETE INCLUSO, POSTO EM FORTALEZA/CE.	CAIXA	UNIGLOVES	409	41,91	17.141,19
8	LUVA LÁTEX NATURAL GRANDE PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRURGICO (NÃO ESTERIL); DESCARTÁVEL; LEVEMENTE TALCADA COM PÓ ABSORVIVEL (AMIDO DE MILHO); MODELAGEM AMBIDESTRA; BAINHA ULTRA RESISTENTE; HIPOALÉRGICA; CAIXA COM 100 LUVAS (50 PARES); EMBALAGEM DEVE POSSUIR UM SISTEMA DE ABERTURA QUE EVITE A EXPOSIÇÃO DAS LUVAS DEPOIS DE ABERTA, IDENTIFICAÇÃO DO NUMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE, REGISTRO DA ANVISA E RESPONSÁVEL TECNICO, FRETE INCLUSO, POSTO EM FORTALEZA/CE.	CAIXA	MEDIX	372	42,38	15.765,36
9	MÁSCARA PROTETOR FACIAL, MATERIAL EM POLICARBONATO, COR INCOLOR, COMPRIMENTO 250MM COM POSSIBILIDADE DE VARIAÇÃO EM ATÉ 5% PARA MAIS OU MENOS, COROA DE PLÁSTICO, AJUSTÁVEL E ARTICULADO, FIXAÇÃO DO TIPO: CARNEIRA REGULÁVEL POR CATRACA. FRETE INCLUSO, POSTO EM FORTALEZA/CE.	UND	FARMATEX	372	24,35	9.058,20



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	MARCAS	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
10	ÓCULOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, MATERIAL ARMAÇÃO POLIPROPILENO, MATERIAL LENTE POLICARBONATO, TIPO LENTE ANTIEMBAÇANTE, INFRADURA, EXTRA ANTI-RISCO, MODELO LENTES SOBREPOSIÇÃO (P/SER USADO SOBRE ÓCULOS GRADUADOS), CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS INCOLOR/ PROTEÇÃO CONTRA RAIOS ULTRAVIOLETA.	UND	CARBOGRA FITE	8	14,05	112,40
11	TAPETE SANITIZANTE PEDILÚVIO – MEDINDO 90CM X 60 CM COM POSSIBILIDADE DE VARIAÇÃO EM ATÉ 5% PARA MAIS OU MENOS. FRETE INCLUSO, POSTO EM FORTALEZA/CE.	UND	KPAZI	178	109,95	19.571,10
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 296.097,90</b>	

OBSERVAÇÕES SOBRE O(S) LOTE(S) E PRODUTO(S)	
LOCAIS DE ENTREGA DOS PRODUTOS	Serviço de Almoxarifado do TJCE – Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n, Centro Adm. Gov. Virgílio Távora, Bairro Cambéba, CEP: 60.822-325, Fortaleza/CE. Supervisor Operacional do Serviço de Almoxarifado – (85) 3207-7486/ 6890/ 7512
PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS	15 (quinze) dias corridos contados a partir do recebimento da nota de empenho.
ORDENS DE FORNECIMENTO	As ordens de fornecimento respeitarão as quantidades mínimas por pedidos equivalentes a R\$ 500,00 (quinhentos) reais

## 2.2. EMPRESAS CLASSIFICADAS NO LOTE I:

1. GLOBAL SERVICOS E NEGOCIOS EMPRESARIAIS LTDA (R\$ 296.097,90);
2. LUIZ GUSTAVO DA SILVA MATOS (R\$ 276.500,00);
3. A D S QUEIROZ (R\$ 351.990,00);
4. 5 ELEMENTOS COMERCIO DE PRODUTOS TERAPEUTICOS LTDA (R\$ 352.000,00);
5. ART CIRURGICA LTDA (R\$ 388.125,00);
6. GB COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA (R\$ 540.000,00).

## 2.3 EMPRESAS DESCLASSIFICADAS NO LOTE I:

NOEM MEDICAL IMP E EXP DE PRODUTOS MEDICOS-HOSPITA  
PROHOSPITAL COMERCIO HOLANDA LTDA  
AJG COMERCIO ATACADISTA DE MERCADORIAS EM GERAL LTDA.

## 3. DO CADASTRO DE RESERVA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1.** O cadastro dos licitantes que aceitaram cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, constante no **Anexo II** desta Ata.
- 3.2.** A ordem de classificação, disposta no item anterior, será respeitada quando da necessidade de realização das contratações.
- 3.3.** A classificação a que se referem os **subitens 3.1 e 3.2** respeitará a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva da licitação.
- 3.4.** As contratações as quais se referem este item serão formalizadas no caso de exclusão do licitante detentor da ata, nas hipóteses previstas no **item 8**.

## 4. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1.** O licitante vencedor deverá assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de **5 (cinco)** dias úteis, contados a partir da sua convocação.
- 4.2.** O prazo estabelecido no subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.
- 4.3.** É facultado à Administração, quando o licitante vencedor convocado não assinar a Ata no prazo e condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, nos termos do **item 3** (três) desta Ata, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 4.4.** A recusa injustificada do licitante vencedor ou dos classificados no cadastro reserva em assinar a ata,



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

dentro do prazo estabelecido no **subitem 4.1**, ensejará a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório.

## **5. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

**5.1.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei n. 8.666/1993.

**5.2.** Os contratos firmados decorrentes desta Ata de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei n. 8.666/1993.

## **6. DAS OBRIGAÇÕES DO TJCE**

**6.1.** Oferecer, para registro de preços, demandas estimadas por produto com maior proximidade possível de sua realidade ou programação de consumo, de forma que não sejam descaracterizadas as vantagens financeiras de compras em maior escala.

**6.1.1.** A existência de preços registrados **NÃO OBRIGA** o Poder Judiciário Estadual a firmar as contratações nas quantidades estimadas no(s) anexo(s), ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços a preferência de contratação em igualdade de condições.

**6.2.** Notificar a Fornecedora sobre quaisquer irregularidades encontradas nos fornecimentos.

**6.3.** Pagar os valores empenhados, em até 30 dias após o recebimento definitivo, desde que os pedidos de pagamento venham acompanhados das devidas notas fiscais e das comprovações de recolhimentos fiscais ou certidões julgadas necessárias pela Secretaria de Finanças do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

**6.4.** Exercer a fiscalização dos fornecimentos pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, a fim de zelar pelo bom desempenho do serviço, comunicando ao setor competente quaisquer irregularidades para que sejam adotadas as providências cabíveis.

## **7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

**7.1.** Responsabilizar-se por todas as despesas fiscais ou comerciais diretas e indiretas, incidentes sobre o fornecimento, inclusive as de envio expresso, caso seja necessário, para atender atrasos ou resolução de problemas de inconformidade, para os quais tenha concorrido direta ou indiretamente.

**7.2.** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do objeto, sem prévia e expressa autorização da Gerência de Suprimentos e Logística, sendo que a responsabilidade técnica caberá sempre à fornecedora, em qualquer caso, não sendo transferida sob nenhum pretexto.

**7.3.** Cuidar para que o material fornecido atenda, rigorosamente, a qualidade e as características especificadas nesta Ata.

**7.4.** Transportar os produtos desde o local de industrialização/distribuição até o local de entrega indicado.

**7.5.** Assumir inteira responsabilidade por qualquer dano ou extravio causado durante o transporte e demais serviços pertinentes ao fornecimento, devendo comunicar ao Gestor desta Ata de Registro de Preços, tempestivamente, a fim de que sejam adotadas as providências cabíveis.

**7.6.** Manter, durante o fornecimento, as mesmas condições da habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## **8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

**8.1.** A FORNECEDORA terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando:

**8.1.1.** Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

**8.1.2.** Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**8.1.3.** Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

**8.1.4.** Por razões de interesse público devidamente motivadas;

**8.1.5.** Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

**8.1.6.** For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração, nos termos do Art. 87, inciso IV, da Lei Federal n. 8.666/1993;

**8.1.7.** For impedido de licitar e contratar com a Administração Pública nos termos do art. 7º da Lei



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Federal n. 10.520/2002.

## **9. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

### **9.1 Dos locais de entrega e dos prazos de fornecimento**

**9.1.1.** O(s) produto(s) licitado(s) após formalização da aquisição por meio de instrumento hábil, deverá(ão) ser entregue(s) em conformidade com as especificações estabelecidas neste instrumento, no(s) endereço(s) especificado(s) no **item 2** desta Ata, mediante apresentação da(s) nota(s) fiscal(is) e termo(s) de entrega, os quais deverão ser assinados pelos servidores autorizados.

**9.1.2.** O(s) recebimento(s) do(s) produto(s), mesmo que provisório, será(ão) realizado(s) de segunda a sexta-feira, no horário das 8 h às 12 h e das 13 h às 17 h, nos dias de expediente Forense.

### **9.2. Das condições dos produtos e dos serviços de entrega**

**9.2.1.** O(s) produto(s) deverá(ão) obedecer as prescrições e exigências contidas neste instrumento, bem como todas e quaisquer normas ou regulamentações intrínsecas ao tipo de produto/fornecimento.

**9.2.2.** Na(s) embalagem(ns) do(s) produto(s), quando exigida(s) nas especificações do(s) item(ns), deverá(ão) constar a(s) data(s) de validade e fabricação, bem como as condições de estocagem, faixa de temperatura, umidade, limites e posições de armazenamento, exposição a raios solares e demais recomendações do fabricante.

**9.2.3.** Quanto às embalagens do(s) produto(s), quando necessário, devem ser consideradas inclusive aquelas extras necessárias para proteção durante os procedimentos de embarque, desembarque e transporte.

**9.2.4.** As pessoas, a serviço da empresa contratada, deverão estar sempre identificadas através de crachá e fardamento corporativo obrigatoriamente com calça longa, e, sempre que o produto ou atividade demandar, utilizar os devidos EPIs.

**9.2.5.** O(s) fornecedor(es) deverá(ão), obrigatoriamente, fornecer todos os equipamentos de segurança (EPIs) em quantidades suficientes a seus funcionários e exigir-lhes o uso, sempre que o(s) produto(s) ou atividade demandar, durante os serviços de entrega, de acordo com as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho.

**9.2.6.** Quando for solicitado pelo Tribunal de Justiça, o(s) fornecedor(es) deverá(ão) fornecer relação com os nomes dos seus funcionários encarregados pelo transporte do(s) produto(s).

**9.2.7.** O(s) fornecedor(es) deverá(ão) dispor de equipamentos de transporte (carros plataformas, armazéns, empilhadeiras etc), quando necessário, sendo de sua responsabilidade todo e qualquer custo com os serviços de entrega e/ou substituição do(s) produto(s), bem como com o transporte e alimentação de seus funcionários.

## **10. DA VALIDADE DE USO E DA GARANTIA DOS PRODUTOS**

**10.1.** A(s) validade(s) de uso do(s) produto(s), de acordo com o(s) prazo(s) mínimo(s) exigido(s) no **item 2 desta Ata**, deverá(ão) estar expressa(s) na(s) embalagem(ns) do(s) produto(s).

**10.2.** No ato da entrega, o(s) produto(s) deverá(ão) possuir, em relação ao(s) prazo(s) de validade exigido(s), no mínimo, os seguintes percentuais de vida útil:

- a) 80% (oitenta por cento) para produtos cuja validade de uso exigida seja de até 12 (doze) meses;
- b) 70% (setenta por cento) para produtos cuja validade de uso exigida seja superior a 12 (doze) meses.

**10.2.1.** O disposto no subitem anterior não se aplica aos produtos que, por força da legislação vigente ou por suas propriedades físicas/químicas, possuam prazos de validade indeterminados.

**10.3.** A(s) garantia(s), de acordo com o especificado **nesta Ata**, será(ão) exigida(s) nas seguinte(s) modalidade(s):

**10.3.1.** Troca imediata – modalidade de garantia exigida sempre que o(s) produto(s), por sua(s) características físicas/químicas, não comportar reparos.

**10.4.** Os prazos de a(s) garantia(s) exigida(s) nos anexos desta Ata que for(em) superior(es) aos prazos previstos nos incisos I e II do art. 26 da Lei Federal n. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (garantia legal), será(ão) considerada(s) garantia(s) contratual, independentemente de ser firmado contrato específico para tal finalidade, sendo considerada complementar à legal, conforme art.50 da referida lei.

**10.5.** Nos casos previstos no subitem anterior, a responsabilidade e os custos da(s) garantia(s) exigida(s) recairão sobre o fornecedor do(s) produto(s), e subsidiariamente sobre o fabricante.



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**10.6.** Os prazos de garantia só serão contados após o recebimento definitivo do(s) produto(s), conforme os critérios e prazos estabelecidos nesta Ata de Registro de Preços.

## **11. DA CONTRATAÇÃO**

**11.1.** O(s) produto(s) registrado(s), respeitados os termos consignados na legislação e na presente Ata de Registro de Preços, será(ão) adquirido(s) segundo conveniência para o Tribunal de Justiça.

**11.2.** O instrumento contratual será substituído pela nota de empenho ou instrumento equivalente emitido em favor da beneficiária da Ata de Registro de Preços para todos os efeitos, de acordo com o § 4º, do art. 62, da Lei Federal n. 8.666/1993.

**11.2.1.** O Edital do Pregão Eletrônico n. 21/2020, seus anexos e a proposta de preços são partes integrantes da contratação.

**11.2.2.** Na emissão da nota de empenho ou instrumento equivalente, será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico n. 21/2020, as quais deverão ser mantidas pela fornecedora durante todo o período da contratação.

**11.3.** Quando a adjudicatária não comprovar as condições habilitatórias consignadas no Edital e em seus anexos ou recusar-se a receber o instrumento equivalente de contrato, poderá ser convidado outro licitante pelo(a) pregoeiro(a), desde que respeitada a ordem de classificação, para depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, firmar a contratação.

**11.4.** O empenho dos valores a serem utilizados no pagamento do(s) fornecedor(es), poderão ser ordinários ou por estimativa, sendo que, em ambos os casos, será encaminhada uma cópia da respectiva nota de empenho ao fornecedor para conhecimento.

**11.4.1.** O empenho ordinário será realizado quando, durante o prazo de validade da ata de registro de preços, o Tribunal de Justiça puder determinar a quantidade exata de materiais/produtos que se pretende adquirir em dado momento. Neste caso, será emitida previamente e encaminhada ao fornecedor uma ordem de fornecimento para conhecimento e assinatura, sendo que, as entregas dos materiais/produtos deverão ser realizadas após a notificação do empenho ordinário.

**11.5.** O empenho por estimativa será realizado quando, durante a validade da ata de registro de preços, o Tribunal de Justiça não puder definir a quantidade exata de materiais/produtos que se pretende adquirir em determinado período de tempo. Neste caso, a nota de empenho será emitida previamente e encaminhada para conhecimento do fornecedor, sendo que as entregas dos materiais/produtos deverão ser realizadas de acordo com as ordens de fornecimento emitidas posteriormente.

**11.6.** Os materiais/produtos deverão ser entregues no prazo de até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir do recebimento pelo fornecedor da nota de empenho, no caso de empenho ordinário, ou da ordem de fornecimento, no caso de empenho por estimativa.

**11.7.** As ordens de fornecimento emitidas respeitarão as quantidades mínimas de fornecimento equivalentes a R\$ 500,00 (quinhentos) reais para os lotes I, II e III.

**11.8.** A(s) ordem(ns) de fornecimento e a(s) nota(s) de empenho será(ão) encaminhada(s) ao(s) fornecedor(es) via e-mail, ou, em casos excepcionais, por telefone/fax.

**11.9.** De acordo com a Resolução do CNJ n. 7, de 18.10.2005, alterada pela Resolução 229/2016, constitui prática de nepotismo a contratação, em casos excepcionais de dispensa ou inexigibilidade de licitação, de pessoa jurídica da qual sejam sócios cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juizes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento.

**11.9.1.** A vedação se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização.

**11.9.2.** A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo tribunal, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.

**11.9.3.** É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juizes vinculados ao respectivo Tribunal contratante.



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

## **12. DO PAGAMENTO**

**12.1.** Os pagamentos serão realizados através de depósito bancário, preferencialmente, nas agências do Banco Bradesco S/A, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do material, mediante apresentação da fatura/nota fiscal, atestada pelas unidades receptoras e, também a apresentação de certidões que comprovem a regularidade da empresa com o fisco Federal, Estadual e Municipal, FGTS, INSS e débitos trabalhistas.

**12.1.1.** Constatada a situação de irregularidade da FORNECEDORA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do TJCE.

**12.1.2.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o TJCE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da FORNECEDORA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**12.1.3.** Persistindo a irregularidade, o TJCE deverá adotar as medidas necessárias ao cancelamento da Ata de Registro de Preços nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a FORNECEDORA a ampla defesa.

**12.1.4.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pelo cancelamento da Ata de Registro de Preços, caso a CONTRATADA não regularize sua situação.

**12.1.5.** Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do TJCE, não será cancelada a Ata de Registro de Preços com a FORNECEDORA inadimplente.

**12.1.6.** A(s) nota(s) fiscal(is) deverá(ão) ser emitida(s) em nome do Tribunal de Justiça ou de um dos seus fundos, de acordo com a fonte de recursos indicada na nota de empenho.

**12.1.7.** Nenhum pagamento isentará a empresa fornecedora das suas responsabilidades e obrigações assumidas na ata de registro de preços.

**12.1.8.** O Tribunal de Justiça do Ceará não se responsabiliza por qualquer despesa bancária, nem por qualquer outro pagamento não previsto nesta Ata.

**12.2.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

**EM = I x N x VP, sendo:**

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \qquad I = \frac{6/100}{365} \qquad I = 0,00016438$$

no qual i = taxa percentual anual no valor de 6% (seis por cento).

## **13. DO REAJUSTE E DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO**

**13.1.** O(s) preço(s) será(ão) fixo(s) e irrevogável(eis) pelo período de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços.

**13.2.** Os recursos financeiros correrão por conta do Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará – FERMOJU;

**13.3.** Os preços registrados na Ata de Registro de Preços poderão ser revistos, obedecendo aos parâmetros constantes nos artigos 16, 17 e 18, da Resolução n. 2/2015 de 6 de março de 2015, do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará;

**13.4.** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o TJCE (órgão gerenciador) deverá:

**13.4.1.** Convocar o Fornecedor visando à negociação para redução de preços e à sua adequação aos praticados pelo mercado;



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**13.4.2.** Frustrada a negociação, o Fornecedor será liberado do compromisso assumido;

**13.4.3.** Convocar os demais Fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**13.5.** Quando o preço de mercado, por motivo superveniente, tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o TJCE (órgão gerenciador) poderá:

**13.5.1.** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, desde que confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e desde que o requerimento ocorra antes da ordem de compra;

**13.5.2.** Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

**13.5.3.** Não havendo êxito nas negociações, o TJCE deverá proceder ao cancelamento do bem ou da Ata de Registro, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**13.6.** Nenhuma contratação será efetuada sem a prévia indicação da disponibilidade orçamentária.

#### **14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**14.1.** Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata, sujeitar-se-á o FORNECEDOR, garantida a prévia defesa, às sanções administrativas conforme especificações no **Anexo IV** e as abaixo descritas:

a) ADVERTÊNCIA;

b) MULTA, na forma prevista no **Anexo IV** desta Ata;

c) SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação, por prazo não superior a 2 (dois) anos e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 5 (cinco) anos;

d) DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

e) CANCELAMENTO do registro de preços.

**14.1.1.** Entende-se por **inexecução total** o atraso injustificado por período superior ao dobro do prazo estipulado para entrega do(s) produto(s), sem que qualquer parcela deste(s) tenha sido entregue.

**14.1.2.** Entende-se por **inexecução parcial** o atraso injustificado por período superior ao dobro do prazo estipulado para complementação ou regularização de inconsistências do(s) produto(s) apontadas durante o recebimento provisório ou definitivo.

**14.2.** As sanções acima descritas poderão ser aplicadas de forma distinta ou cumulativa.

**14.3.** As multas, garantida a prévia defesa, serão aplicadas e contabilizadas de acordo com as ocorrências, incidências e percentuais previstos nos anexos desta Ata.

**14.4.** O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR caso não haja recolhimento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento da comunicação oficial.

**14.4.1.** Se o valor descontado for insuficiente, fica o FORNECEDOR obrigado a recolher sua complementação dentro de 10 (dez) dias, contados da data da efetivação do desconto parcial.

**14.5.** Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, oportunizando-se defesa prévia ao interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vistas ao processo.

**14.6.** O registro de preços, nos casos previstos na legislação, será cancelado pela Presidência do Tribunal de Justiça após formalização da Secretaria de Administração e Infraestrutura, sendo assegurado ao fornecedor o direito à ampla defesa e ao contraditório.

#### **15. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**15.1.** A Ata de Registro de Preços será gerida pelo Gerente de Suprimentos e Logística, devendo ser nomeado um servidor específico para fiscalizar a execução do objeto registrado e as condições de habilitação do fornecedor, nos termos do art. 67 da Lei Nacional n. 8.666/93.

#### **16. DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**16.1.** A menos que haja solicitação expressa da Gerência de Suprimentos e Logística, ou que se evidencie necessidade de fracionamento por limitação de volume ou peso de transporte, não serão aceitas entregas parceladas.

**16.2.** O(s) material(is) entregue(s) será(ão) recebido(s) provisoriamente por um funcionário do Serviço de Almoxarifado para posterior verificação, fundamentado no Art. 73, inciso II, alínea "a", da Lei 8.666/1993.





**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**16.2.1.** Após o recebimento **provisório**, caso seja constatada alguma irregularidade no(s) produto(s) entregue(s) tanto de vício/defeito de fabricação quanto na(s) quantidade(s) entregue(s), o fornecedor será notificado para, em 7 (sete) dias corridos da entrega do material com prazo previsto no item 2, sanar as pendências apontadas, independentemente da incidência da multa prevista para o caso específico.

**16.3.** O recebimento **definitivo** se dará em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação das especificações técnicas do(s) produto(s) pela área competente.

**16.3.1.** Tratando-se de produto(s) cuja aceitação dependa de análises técnicas por profissional especializado, o prazo para o recebimento definitivo poderá, justificadamente, ser prorrogado por igual período.

**16.4.** O recebimento provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do estabelecido na ata de registro de preços, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

**16.5.** É facultada a presença de representante do fornecedor no ato de conferência das quantidades unitárias, características específicas e dados do material, quando recebidos de forma provisória para posterior conferência.

## **17. DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL, PARTICIPANTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO ORDENADOR DE DESPESAS.**

**17.1.** O órgão responsável e participante único do registro de preços é o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

**17.2.** O Ordenador de Despesa será o Secretário de Administração e Infraestrutura do TJCE, conforme art. 18, da Portaria n. 237/2019, disponibilizada no DJe de 07 de fevereiro de 2019, que dispõe sobre a delegação de competências administrativas no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

## **18. DAS ADESÕES A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**18.1.** Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que devidamente justificada a vantagem, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, desde que cumpridas todas as exigências previstas na Resolução TJCE n. 2/2015.

**18.2.** Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, observando-se, ainda as seguintes condições:

**a)** Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e órgãos participantes.

**b)** As aquisições/contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**c)** O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o Órgão Gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

**d)** Após a autorização do Órgão Gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata.

**e)** Compete ao órgão não participante atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

## **19. DA VIGÊNCIA**

**19.1.** A Ata de Registro de Preços terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contado a partir da data de sua assinatura. Nesse período os preços serão fixos e irrevogáveis.

**19.2.** Os contratos regidos por esta Ata terão prazo de duração de até seis meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública, nos termos do art. 4º-H da Lei Nacional nº 13.979/2020.



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

---

**20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**20.1.** O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao TJCE a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada no respectivo Edital de Licitação.

**20.2.** A empresa signatária desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o TJCE, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

**21. DO FORO**

**21.1.** É competente o Foro da Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em **2 (duas) vias** de igual teor e forma.

Fortaleza/CE, 14 de outubro de 2020.

**WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAÚJO  
DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**

**MOISÉS ANTÔNIO FERNANDES MONTE COSTA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA DO TJCE**

**CONCEIÇÃO ADRIANA LIBERATO ALVES  
REP. COMERCIAL DA EMPRESA GLOBAL SERVIÇOS E NEGÓCIOS EMPRESARIAIS EIRELI**



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

---

**ANEXO I DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PROPOSTA DE PREÇOS**

## PROPOSTA DE PREÇO

Ao  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ  
COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
Ref. PREGÃO N. 21/2020

Prezados Senhores,

I – Apresentamos, em atendimento ao Edital em epígrafe, a seguinte proposta de preço.

### LOTE I – COTA PRINCIPAL

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QUANT.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	GEL ANTISSÉPTICO (ÁLCOOL GEL 70%) FRASCO DE 500 ML. DEVERÁ ESTÁ DE ACORDO COM A REGULAMENTAÇÃO DA ANVISA, INMETRO E NORMAS TÉCNICAS DA ABNT. FRETE INCLUSO, POSTO EM FORTALEZA/CE	FRASCO C/ 500 ML	15.525	R\$ 9,68	R\$ 150.282,00
2	MÁSCARA N95 / PFF-2 (OU EQUIVALENTE), DESCARTÁVEL. FRETE INCLUSO, POSTO EM FORTALEZA/CE.	UNIDADE	150	R\$ 12,02	R\$ 1.803,00
3	MÁSCARA CIRÚRGICA COM ELÁSTICO PROTEÇÃO TRIPLA COM FILTRO QUE PROPORCIONA UMA BFE (EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO BACTERIANA) MAIOR QUE 95%; EMBALAGEM COM 50 UNIDADES; TIRAS SUPER RESISTENTES DE 40 CM DE COMPRIMENTO; CLIPS NASAL DE 14 CM DE COMPRIMENTO; COR BRANCA; SOLDA POR ULTRASSOM; IDENTIFICAÇÃO DO NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE, REGISTRO DA ANVISA E RESPONSÁVEL TECNICO, FRETE INCLUSO, POSTO EM FORTALEZA/CE.	CAIXA	225	R\$ 140,13	R\$ 31.529,25
4	MÁSCARA DE PROTEÇÃO FACIAL CONSTITUÍDA POR DUAS CAMADAS DE TECIDO TRICOLINE 100% ALGODÃO 180 FIOS OU TECIDO QUADSTRESH 100% POLIÉSTER COM STRETCH MECÂNICO COM 190G POR METRO LINEAR, EM FORMATO RETANGULAR COM MEDIDAS FINAIS: 19CM DE LARGURA X 14CM DE ALTURA COM POSSIBILIDADE DE VARIAÇÃO EM ATÉ 5% PARA MAIS OU MENOS, COM PREGAS HORIZONTAIS FECHADAS E 2 (DUAS) TIRAS DE ELÁSTICOS PLANOS DE 5MM A 7MM DE ESPESSURA E 18CM DE COMPRIMENTO FIXAS NAS LATERAIS EM MATERIAL LEVE, MALEÁVEL E CONFORTÁVEL. FRETE INCLUSO, POSTO EM FORTALEZA/CE'	UNIDADE	10.163	R\$ 3,22	R\$ 32.724,86

#### GLOBAL SERVIÇOS E NEGÓCIOS EMPRESARIAIS EIRELE

CNPJ: 19.293.025/0001-59

CGF: 06.730.483-4

#### ENDEREÇO INDUSTRIAL

Av. Monsenhor Aloízio Pinto, 1222 Cidade Gerardo Cristino de Menezes  
Sobral/CE - CEP: 62.051.225

Telefone para proposta: ☎ (88) 9.9928.0460

✉ comercial.globalprotects@gmail.com

🌐 globalprotects.com

📷 @globalprotects 📺 global protects

5	LUVA LÁTEX NATURAL EXTRA - PEQUENA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRURGICO (NÃO ESTERIL); DESCARTÁVEL; LEVEMENTE TALCADA COM PÓ ABSORVIVEL (AMIDO DE MILHO); MODELAGEM AMBIDESTRA; BAINHA ULTRA RESISTENTE; HIPOALÉRGICA; CAIXA COM 100 LUVAS (50 PARES); EMBALAGEM DEVE POSSUIR UM SISTEMA DE ABERTURA QUE EVITE A EXPOSIÇÃO DAS LUVAS DEPOIS DE ABERTA, IDENTIFICAÇÃO DO NUMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE, REGISTRO DA ANVISA E RESPONSÁVEL TECNICO, FRETE INCLUSO, POSTO EM FORTALEZA/CE	CAIXA	38	R\$ 40,47	R\$ 1.537,86
6	LUVA LÁTEX NATURAL PEQUENA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRURGICO (NÃO ESTERIL); DESCARTÁVEL; LEVEMENTE TALCADA COM PÓ ABSORVIVEL (AMIDO DE MILHO); MODELAGEM AMBIDESTRA; BAINHA ULTRA RESISTENTE; HIPOALÉRGICA; CAIXA COM 100 LUVAS (50 PARES); EMBALAGEM DEVE POSSUIR UM SISTEMA DE ABERTURA QUE EVITE A EXPOSIÇÃO DAS LUVAS DEPOIS DE ABERTA, IDENTIFICAÇÃO DO NUMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE, REGISTRO DA ANVISA E RESPONSÁVEL TECNICO, FRETE INCLUSO, POSTO EM FORTALEZA/CE	CAIXA	409	R\$ 40,52	R\$ 16.572,68
7	LUVA LÁTEX NATURAL MÉDIA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRURGICO (NÃO ESTERIL); DESCARTÁVEL; LEVEMENTE TALCADA COM PÓ ABSORVIVEL (AMIDO DE MILHO); MODELAGEM AMBIDESTRA; BAINHA ULTRA RESISTENTE; HIPOALÉRGICA; CAIXA COM 100 LUVAS (50 PARES); EMBALAGEM DEVE POSSUIR UM SISTEMA DE ABERTURA QUE EVITE A EXPOSIÇÃO DAS LUVAS DEPOIS DE ABERTA, IDENTIFICAÇÃO DO NUMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE, REGISTRO DA ANVISA E RESPONSÁVEL TÉCNICO, FRETE INCLUSO, POSTO EM FORTALEZA/CE	CAIXA	409	R\$ 41,91	R\$ 17.141,19
8	LUVA LÁTEX NATURAL GRANDE PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRURGICO (NÃO ESTERIL); DESCARTÁVEL; LEVEMENTE TALCADA COM PÓ ABSORVIVEL (AMIDO DE MILHO); MODELAGEM AMBIDESTRA; BAINHA ULTRA RESISTENTE; HIPOALÉRGICA; CAIXA COM 100 LUVAS (50 PARES); EMBALAGEM	CAIXA	372	R\$ 42,38	R\$ 15.765,36

**GLOBAL SERVIÇOS E NEGÓCIOS EMPRESARIAIS EIRELE**

CNPJ: 19.293.025/0001-59

CGF: 06.730.483-4

**ENDEREÇO INDUSTRIAL**

Av. Monsenhor Aloízio Pinto, 1222 Cidade Gerardo Cristino de Menezes

Sobral/CE - CEP: 62.051.225

Telefone para proposta: ☎ (88) 9.9928.0460

✉ comercial.globalprotects@gmail.com

🌐 globalprotects.com

📷 @globalprotects 📘 global protects

	DEVE POSSUIR UM SISTEMA DE ABERTURA QUE EVITE A EXPOSIÇÃO DAS LUVAS DEPOIS DE ABERTA, IDENTIFICAÇÃO DO NUMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE, REGISTRO DA ANVISA E RESPONSÁVEL TÉCNICO, FRETE INCLUSO, POSTO EM FORTALEZA/CE				
9	MÁSCARA PROTETOR FACIAL, MATERIAL EM POLICARBONATO, COR INCOLOR, COMPRIMENTO 250MM COM POSSIBILIDADE DE VARIAÇÃO EM ATÉ 5% PARA MAIS OU MENOS, COROA DE PLÁSTICO, AJUSTÁVEL E ARTICULADO, FIXAÇÃO DO TIPO: CARNEIRA REGULÁVEL POR CATRACA. FRETE INCLUSO, POSTO EM FORTALEZA/CE.	UNIDADE	372	R\$ 24,35	R\$ 9.058,20
10	ÓCULOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, MATERIAL ARMAÇÃO POLIPROPILENO, MATERIAL LENTE POLICARBONATO, TIPO LENTE ANTIEMBAÇANTE, INFRADURA, EXTRA ANTI-RISCO, MODELO LENTES SOBREPOSIÇÃO (P/SER USADO SOBRE ÓCULOS GRADUADOS), CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS INCOLOR/ PROTEÇÃO CONTRA RAIOS ULTRAVIOLETA	UNIDADE	8	R\$ 14,05	R\$ 112,40
11	TAPETE SANITIZANTE PEDILÚVIO – MEDINDO 90CM X 60 CM COM POSSIBILIDADE DE VARIAÇÃO EM ATÉ 5% PARA MAIS OU MENOS. FRETE INCLUSO, POSTO EM FORTALEZA/CE	UNIDADE	178	R\$ 109,95	R\$ 19.571,10
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 296.097,90</b>

**VALOR TOTAL: R\$ 296.097,90 (DUZENTOS E NOVENTA E SEIS MIL, NOVENTA E SEIS REAIS E NOVENTA CENTAVOS)**

a) O VALOR TOTAL ACIMA ESTÁ READEQUADO AOS PREÇOS DOS PRODUTOS, CONFIRMADO PELA A SEGUINTE FÓRMULA DISPONÍVEL NO ITEM 6.6 DO EDITAL DO PREGÃO N° 21/2020:

$$\text{VFP} = \frac{\text{VPV}}{0,925}$$

- VFP = Valor Final da Proposta, acrescido da alíquota de 7,5% (sete e meio por cento);
- VPV = Valor da Proposta Vencedora após o encerramento da disputa eletrônica anunciado pelo sistema;
- 0,925 = Fator de Reversão correspondente a 7,5% (sete e meio por cento), que foram deduzidos antes da disputa;
- Valor Arrematante: R\$ 273.911,05
- Valor adicionado de 7,5%: R\$ 296.120,05
- Valor arredondado (valor final): R\$ 296.097,90

b) O TEXTO ACIMA ESTÁ CONFORME CONSTA NOS ITENS 6.3 AO 6.9 DO EDITAL DO PREGÃO N° 21/2020.

**GLOBAL SERVIÇOS E NEGÓCIOS EMPRESARIAIS EIRELE**

CNPJ: 19.293.025/0001-59

CGF: 06.730.483-4

ENDEREÇO INDUSTRIAL

Av. Monsenhor Aloízio Pinto, 1222 Cidade Gerardo Cristino de Menezes

Sobral/CE - CEP: 62.051.225

Telefone para proposta: ☎ (88) 9.9928.0460

✉ comercial.globalprotects@gmail.com

🌐 globalprotects.com

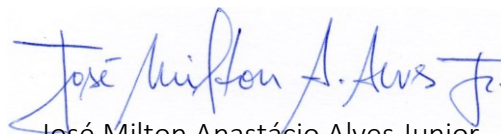
📷 @globalprotects 📺 global protects

**OBSERVAÇÕES SOBRE O(S) LOTE(S) E PRODUTOS**

<b>LOCAIS DE ENTREGA DOS PRODUTOS</b>	<b>Serviço de Almoarifado do TJCE</b> – Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima s/n, Centro Adm. Gov. Virgílio Távora, Bairro Cambeba, CEP: 60.822-325, Fortaleza/CE. Supervisor Operacional do Serviço de Almoarifado – (85) 3207-7486/ 6890/ 7512
<b>PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS</b>	15 (quinze) dias corridos contados a partir do recebimento da nota de empenho.
<b>ORDENS DE FORNECIMENTO</b>	As ordens de fornecimento respeitarão as quantidades mínimas por pedidos equivalentes a R\$ 500,00 (quinhentos) reais.

Declaramos que esta proposta corresponde exatamente às exigências contidas no Edital e seus Anexos, às quais aderimos formalmente;

- II - Empresa: GLOBAL PROTECTS  
Razão Social: GLOBAL SERVIÇOS E NEGOCIOS EMPRESARIAIS EIRELE  
CNPJ/MF: 19.293.025/0001-59 Tel/Fax: (88) 3613-1377  
Endereço: Rua Anahid Andrade, 732, Centro CEP: 62.011-000  
Cidade: Sobral UF: CE  
Endereço Eletrônico (e-mail): [falecomagloballicitacoes@gmail.com](mailto:falecomagloballicitacoes@gmail.com)
- III - Dados do Representante Legal, responsável pela assinatura do Contrato:  
Nome: Jose Milton Anastácio Alves Junior  
Cargo: Diretor Geral  
Endereço: Rua do Horto, nº 147, Bairro Junco  
CEP: 62030-309 Cidade: Sobral UF: CE  
Cart. Ident. N°: 95031009936 Expedido por: SSP-CE CPF: 785.759.313-34
- IV - Prazo de Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias, contados a partir desta data de Apresentação.  
Sobral/CE, 18 de agosto de 2020.



José Milton Anastácio Alves Junior

RG N° 95031009936-SSP-CE

CPF N° 785.759.313-34

Diretor Geral

**GLOBAL SERVIÇOS E NEGÓCIOS EMPRESARIAIS EIRELE**

**CNPJ: 19.293.025/0001-59**

**CGF: 06.730.483-4**

**ENDEREÇO INDUSTRIAL**

Av. Monsenhor Aloízio Pinto, 1222 Cidade Gerardo Cristino de Menezes

Sobral/CE - CEP: 62.051.225

Telefone para proposta: ☎ (88) 9.9928.0460

✉ [comercial.globalprotects@gmail.com](mailto:comercial.globalprotects@gmail.com)

🌐 [globalprotects.com](http://globalprotects.com)

📷 [@globalprotects](https://www.instagram.com/globalprotects)  [global protects](https://www.facebook.com/globalprotects)



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

---

**ANEXO II DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**CADASTRO DE RESERVA**

Aceitam cotar os bens ou serviços objeto desta Ata de Registro de Preços com preços iguais ao do licitante vencedor do Pregão Eletrônico n. 21/2020, do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, na sequência da classificação do certame, os seguintes fornecedores:

<b>Fornecedor</b>	<b>CNPJ</b>	<b>Endereço</b>	<b>Representante legal</b>	<b>Informações para contato (telefone, e-mail, etc.)</b>

O prazo de validade improrrogável da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

As especificações técnicas constantes do Edital do Pregão Eletrônico n. 21/2020 integram esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.





**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

---

**ANEXO III DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**FICHA DE DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL**

Dados pessoais do(s) representante(s) e/ou procurador(es), devidamente habilitados, do futuro FORNECEDOR, indicado(s) para assinatura da Ata de Registro de Preços:

NOME	CONCEIÇÃO ADRIANA LIBERATO ALVES
NACIONALIDADE	BRASILEIRA
ESTADO CIVIL	CASADA
PROFISSÃO	REPRESENTANTE LEGAL
RG	2006031081576 SSP/CE
CPF	245.833.753-87
DOMICÍLIO	RUA ANAHID ANDRADE, 732, CENTRO
CIDADE	SOBRAL
UF	CE
FONE	(88) 3613-1377
CELULAR	
E-MAIL	<a href="mailto:falecomagloballicitacoes@gmail.com">falecomagloballicitacoes@gmail.com</a>



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO IV DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

OCORRÊNCIAS, INCIDÊNCIAS E PERCENTUAIS DAS MULTAS

OCORRÊNCIA		INCIDÊNCIA	PERCENTUAL
Entrega dos produtos	Atraso injustificado de até 20 (vinte) dias na entrega dos produtos	Sobre o valor na nota de empenho/por dia de atraso	0,25% (vinte e cinco centésimos por cento)
	Atraso injustificado por mais de 20 (vinte) dias na entrega do material	Sobre o valor na nota de empenho/por ocorrência	10% (dez por cento)
Regularização de inconformidades	Atraso injustificado de até 10 (dez) dias na regularização das inconformidades apontadas durante o recebimento dos produtos	Sobre o valor dos produtos inconformes/por dia de atraso	0,25% (vinte e cinco centésimos por cento)
	Atraso injustificado por mais de 10 (dez) dias na regularização das inconformidades apontadas durante o recebimento dos produtos	Sobre o valor dos produtos inconformes/por ocorrência	10% (dez por cento)
Cancelamento da ARP	Cancelamento da ARP por inexecução parcial do objeto do registro de preços	Valor da ata de registro de preços/Única	5% (cinco por cento)
	Cancelamento da ARP por inexecução total do objeto do registro de preços	Valor da ata de registro de preços/Única	10% (dez por cento)
	Cancelamento do registro de preços por inabilitação do fornecedor	Valor da ata de registro de preços/Única	5% (cinco por cento)

**OBSERVAÇÃO DAS OCORRÊNCIAS, INCIDÊNCIAS E PERCENTUAIS DAS MULTAS**

Nos casos omissos, serão aplicadas as sanções após o devido processo administrativo, resguardados os princípios de proporcionalidade e igualdade com base nas sanções existentes, sempre equivalentes ao prejuízo ou transtorno causado.